



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

PROCESSO TCE-PE Nº 1401154-2
SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 11/03/2015
CONSULTA
UNIDADE GESTORA: FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE CASINHAS - FUNPRECA
INTERESSADO: Sr. JOSÉ LUIZ FERNANDES SOARES - GERENTE DE PREVIDÊNCIA DO FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE CASINHAS – FUNPRECA
RELATOR: CONSELHEIRO SUBSTITUTO LUIZ ARCOVERDE FILHO
ÓRGÃO JULGADOR: TRIBUNAL PLENO
ACÓRDÃO T.C. Nº 0260/15

VISTOS, relatados e discutidos os autos do Processo TCE-PE nº 1401154-2, **ACORDAM**, à unanimidade, os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, nos termos do voto do Relator, que integra o presente Acórdão, Em **RESPONDER** à consulta nos seguintes termos:

I. O artigo 40, §§ 1º, 3º e 17, da atual Carta Magna de 1988 c/c o artigo 1º, *caput*, e os §§ 1º, 2º e 3º, da Lei Federal nº 10.887/2004 prescrevem que, no cálculo dos proventos de aposentadoria, deve ser considerada a remuneração total do servidor e não apenas o seu vencimento-base;

II. A base de cálculo para fins de incidência das contribuições previdenciárias será a remuneração e não apenas o vencimento-base do servidor. As parcelas incluídas ou excluídas na expressão “remuneração” devem estar previstas expressamente na legislação de cada ente federado;

III. Todas as parcelas de natureza permanente (não transitória) incorporáveis à remuneração do servidor e computadas quando dos cálculos dos proventos de aposentadoria devem submeter-se à incidência da contribuição previdenciária. Não é possível, portanto, excluí-las, por opção do servidor, da base de cálculo. Lei que permita a exclusão nesse caso revela-se inconstitucional;

IV. É possível, desde que previsto em lei, facultar ao servidor público a opção de exclusão da base de cálculo das contribuições previdenciárias apenas das parcelas de natureza transitória (não permanente);

V. Não há como se cogitar em devolução aos servidores de diferença retroativa apurada em função da mudança do salário de contribuição, haja vista desrespeitar aos Princípios da Solidariedade e Equilíbrio Financeiro e Atuarial, previstos no artigo 40, *caput*, e § 4º, da Constituição Federal e aplicáveis aos regimes de previdência dos servidores públicos civis;

Recife, 20 de março de 2015.

Conselheiro Valdecir Pascoal – Presidente

Conselheiro Substituto Luiz Arcoverde Cavalcanti Filho – Relator

Conselheiro Carlos Porto

Conselheira Teresa Duere

Conselheiro Marcos Loreto

Conselheiro Dirceu Rodolfo de Melo Júnior

Conselheiro Ranilson Ramos



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

Presente: Dr. Cristiano da Paixão Pimentel – Procurador-Geral
ALAS/ML